

36º Encontro Anual da Anpocs.  
GT14 - Forças Armadas, Estado e Sociedade.

**Análise dos projetos políticos “transicionais” dos  
militares da Argentina, Brasil e Chile em  
perspectiva comparada.**

Tiago Francisco Monteiro.  
2012

## **Análise dos projetos políticos “transicionais” dos militares da Argentina, Brasil e Chile em perspectiva comparada.**

*Os novos regimes ditatoriais no Cone Sul da América Latina.*

O Golpe de abril de 1964 no Brasil inaugurou uma nova dinâmica na América Latina: a deposição de governos democráticos ligados a partidos de esquerda e a substituição das democracias por ditaduras militares. Esse processo atingiu democracias de longa tradição de estabilidade, como a Chilena e a Uruguaia, e países em que as forças armadas tinham um histórico de intervenções na política, como o Brasil, Argentina, Bolívia.

Nos países do chamado “Cone Sul”, formado pela Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, o regime político subsequente aos golpes de Estado apresentou nova forma política, o chamado “Novo Autoritarismo”, caracterizado pelo controle do aparelho de Estado pela hierarquia militar, pela supremacia ideológica da Doutrina de Segurança Nacional<sup>1</sup>, pela repressão violenta contra as oposições ao regime (assassinato de guerrilheiros e opositores considerados “subversivos”, fechamento dos partidos políticos, intervenção e desarticulação de sindicatos e outras associações das classes trabalhadoras), apoio político da maior parte das classes dominantes nacionais, política externa voltada para os EUA e seus aliados na Guerra Fria, existência de um setor “civil” na coalização governante, os Tecno-burocratas, ou seja, funcionários do Estado ligados a grandes empresas e responsáveis pelas políticas econômicas ao longo da Ditadura.

A categoria analítica mais aceita para compreender estes regimes tem sido “Novo regime Autoritário”, em que o termo “novo” enfatiza a diferença dos regimes do “Cone Sul” em relação às regiões e países em que existiram outras formas de ditaduras autoritárias: o chamado “autoritarismo tradicional” e o “Autoritarismo Populista”.

Segundo pesquisadores, há o chamado “Autoritarismo Tradicional” quando um líder militar ou uma família dotada de uma milícia ocupa o governo do país. Exemplificaram esta modalidade o Paraguai quando foi governado pelo general Alfredo Stroessner e a Nicarágua controlado pela família Somoza (1934-1979).

O chamado “Autoritarismo Populista” ocorreu na Bolívia (1969-1971) e no Peru (1968-1975) em que, entre outras medidas, os governos nacionalizaram várias

---

<sup>1</sup> A Doutrina de Segurança Nacional foi uma ideológica criada nos EUA e amplamente difundida no restante das Américas. Defendia a luta incessante contra os subversivos comunistas, o desenvolvimento capitalista, a possibilidade dos militares tomarem o Poder e administrarem em caso de graves crises políticas.

multinacionais e bancos privados, promoveram reformas agrárias, estimularam o desenvolvimento da indústria nacional, restabeleceram relações diplomáticas com a URSS. Ambos regimes “Autoritário-Populistas” foram depostos por militares da Direita que estabeleceram variantes nacionais do “Novo Autoritarismo”.<sup>2</sup>

Outros autores afirmam que o conceito que melhor caracterizaria o tipo de regime político imposto no Cone Sul é o chamado “Estado Burocrático-autoritário” que tem como elementos o seu caráter não democrático e excludente em relação às classes trabalhadoras, o controle político do aparelho de estado por uma coalizão dominante de tecnocratas de “alto nível – militares e civis, dentro e fora do estado – trabalhando em associação íntima com o capital estrangeiro. (...) A política pública está preocupada fundamentalmente em promover a industrialização avançada”.<sup>3</sup>

Alguns pesquisadores consideraram que se tratavam de “Regimes de Segurança Nacional” devido a importância da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) teve no projeto político da coalização que depôs os regimes democráticos e na centralidade da DSN nos períodos de estruturação e consolidação das ditaduras. Por influência da DSN, os regimes organizaram a violenta repressão política devido a crença que os respectivos países estavam em guerra permanente contra a subversão, adotaram políticas públicas que beneficiaram as grandes empresas nacionais e multinacionais e foi um forte elo entre as ditaduras e os EUA.<sup>4</sup>

Filho-me a uma tradição de estudiosos que valoriza o caráter “Empresarial-militar” dos regimes ditatoriais. Destaco alguns elementos fundamentais desta caracterização. A primeira é a identificação composição social e profissional dos civis que participaram da coalizão governista: eram empresários, funcionários de multinacionais, donos de bancos e de fazendas, profissionais liberais e professores de instituições de ensino superior que ascenderam politicamente ao longo das Ditaduras. Em segundo lugar, ênfase na congruência ideológica e política entre classes dominantes e algumas correntes militares antes e durante o golpe que terminou com os regimes

---

<sup>2</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz. *Fórmula para o caos: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 189-230 e pp. 569-573.

<sup>3</sup> COLLIER, David. “Resumo do Modelo Autoritário-Burocrático”. In: COLLIER, David (org.). *O Novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 32. O’DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo, Vértice, 1987.

<sup>4</sup> PADRÓS, Enriue. *Como Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985) do Pachenato à Ditadura Civil-militar*. Tese de Doutorado, UFRGS, 2005; pp. 25-32. COMBLIN, Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

democráticos. Por último, o papel das associações empresariais na definição das políticas públicas durante a Ditadura.<sup>5</sup>

Não excluimos as contribuições dos trabalhos anteriores: existiu a militarização do aparelho de Estado, a DSN foi fundamental para as ditaduras, estas ditaduras eram excludentes politicamente, utilizaram a violência política como arma para eliminar qualquer oposição, estabeleceram o monopólio dos tecnocratas na condução das políticas públicas.

Com a exceção da Nicarágua em que a Ditadura foi deposta por uma revolução popular, todos estes regimes ditatoriais passaram também por um novo fenômeno político: as Transições para regimes democráticos. Por esta razão, uma nova geração de estudiosos dedicou-se para compreender estas mudanças. O conjunto desses trabalhos deu origem a chamada “Transitologia”.

#### *Transições políticas.*

Essa série quase simultânea de transições políticas gerou uma significativa quantidade de trabalhos dedicados e por este motivo analisarei alguns temas fundamentais nestes estudos.

Diversas pesquisas buscaram compreender os *Tipos* de Transição. Em geral, as conclusões dividiram esses processos em três blocos: (1) *Transições políticas negociadas* e ou *pactuadas*; (2) *Transições por rupturas* e (3) *Transição por exclusão*.<sup>6</sup>

As Transições Negociadas têm como característica o protagonismo de uma elite moderada dentro do regime ditatorial que inicia e conduz a Transição através de pactos e negociações com setores moderados da Oposição. Outros elementos que singularizam este tipo de transição são o longo tempo em que as transformações ocorrem, a permanência de dirigentes ditatoriais em importantes cargos políticos na democracia pós-regime ditatorial, a não punição de alguns crimes praticados por militares e outros

---

<sup>5</sup> DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, RAMIREZ, Hermán, “Empresários e política no Brasil: o instituto de pesquisas econômicas e sociais (IPES), 1961-1971”. *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 13, n. 1 p. 209-240, 2009; RAMIREZ, Hermán, “A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 62-80, jan./jun. 2012. MONTEIRO, Tiago. “Os arquitetos do regime: a trajetória dos governantes das ditaduras empresarial-militares do con-sul na fase de consolidação do Regime (1964-1976)”. *Revista Latinidade. Revista do núcleo de estudos das Américas*, v.3, n. 1, jan-jun, 2011, pp. 237-243.

<sup>6</sup> O estudo clássico promovido por Donald Share e Scott Mainwaring apresentou estes três tipos de Transição. SHARE, Donald. & MAINWARING, Scott. 1986. “Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2.

agentes repressivos durante as Ditaduras. Segundo os adeptos desta teoria, Brasil e Chile passaram por esse tipo de mudança política.

“Transições por colapso” aconteceram quando derrotas em guerras externas, crises econômicas e políticas ou a somada desses dois elementos “minam as bases” das Ditaduras e seus líderes não são capazes de manter o controle político e os regimes são substituídos por democracias organizadas pela antiga oposição. Os resultados são: 1) mudanças políticas cronologicamente ligeiras, 2) processos de punições contra os dirigentes ditatoriais. O regime ditatorial imposto na Argentina entre 1976 e 1983 foi suplantado por esse tipo de Transição.

“Transição por exclusão” caracterizou-se pelo controle inicial da elite ditatorial. Contudo, por falta de coesão interna, pela crescente oposição da população ao Regime, pelo aguçamento de crises econômicas e sociais levam a perda de controle do processo por parte da liderança ditatorial e, por conseguinte, ao fortalecimento da Ditadura. A transição uruguaia (1980-1985) é citada como um exemplo dessa forma de transição.<sup>7</sup>

Outros estudiosos dedicaram-se a destacar as *fases* de uma Transição.

O estudo clássico de Guillermo O’Donnell e Philippe Schmitter apresentou duas fases em uma transição: “Liberalização” e “Democratização”.<sup>8</sup> “Liberalização” diz respeito ao processo inicial de uma Transição em que houve o reestabelecimento de alguns direitos civis como o habeas corpus, fim da censura prévia, aumento do diálogo com setores da Igreja Católica, soltura de alguns presos políticos sem um total reestabelecimento da Democracia. “Democratização” significa o momento em que são restabelecidas eleições livres, a liberdade de imprensa, não existem mais presos políticos e todos os partidos podem se reorganizar para competirem pelo poder.

Outros autores acrescentaram o conceito de “Consolidação” ao esquema de O’Donnell e Schmitter porque acreditam que as populações devem desenvolver uma cultura política democrática para que exista efetivamente uma democracia.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Outros estudos que seguem a tendência de analisar os tipos de transição: CARVALHO, Aloysio. *O Governo Médici e o projeto de Distensão Política (1969-1973)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política., IUPERJ. Rio de Janeiro, 1989.

<sup>8</sup> O’DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Phillippe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. pp. 18-20.

<sup>9</sup> LINZ, Juan J e STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia- a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999; MOISES, José Álvaro. “Entre a Incerteza e a Tradição Política – uma crítica da primeira geração de estudos da Transição”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 40, Novembro de 1994.

Diversos estudiosos acreditam que a causa das Transições negociadas está na incapacidade dos Regimes Ditatoriais em resolver suas sucessivas crises. Nesse raciocínio, os dirigentes ditatoriais iniciaram as mudanças políticas quando chegaram à conclusão que diante das crises as alternativas eram: 1) Transição e a manutenção de parte do poder obtido durante a Ditadura ou 2) falência do poder ditatorial e a possibilidade da ascensão de uma oposição vingativa no novo governo.

Dentro deste campo de estudo há estudiosos que evidenciam o papel de um setor do bloco ditatorial, as FFAA ou o principal dirigente militar, e outros que analisam a existência de uma crise que afeta todo o regime.

Estudando o caso brasileiro, Alfred Stepan e Eliézer Oliveira concluíram que a gênese da Transição brasileira explica-se pela incapacidade do governo militar em controlar os órgãos do aparelho repressivo, como o SNI, o CIEX, o CISA e o CENIMAR.<sup>10</sup> Por isso, a manutenção da Ditadura tornou-se um perigo para a instituição militar do Brasil pois o aparelho repressivo não estava sujeito às mesmas normas disciplinares e hierárquicas que os demais membros das FFAA. Em segundo lugar, a presença militar no aparelho de Estado estava “partidarizando” os quartéis e dividindo os oficiais militares em facções políticas.

Stepan entrevistou o general Golbery Silva, ministros dos ditadores Castelo Branco (1964-1967), Ernesto Geisel (1974-1978) e João Figueiredo (1979-1981), e Golbery lhe afirmou que a autonomia do aparelho repressivo ameaçava as FFAA do Brasil por duas razões:

A primeira delas era o perigo da fragmentação e argentinização ou, pior ainda, de centro-americanização dos militares brasileiros. A outra ameaça era o distanciamento cada vez maior entre as forças fundamentalmente moderadas da sociedade brasileira e os militares brasileiros, se a comunidade de segurança permanecesse dominante.<sup>11</sup>

Em relação ao caso Chileno, Manuel Garretón considerou que a Transição foi motivada pela união de pelo menos dois eventos: 1) resposta do chefe da Junta Militar,

---

<sup>10</sup> As obras consultadas de Stepan e Oliveira foram respectivamente STEPAN, Alfred. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 e OLIVEIRA, Eliezer. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. São Paulo: Papyrus, 1999.

As siglas dos órgãos do aparelho repressivo significam: SNI (Serviço Nacional de Informações), CIEX (Centro de Informações do Exército), CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) e CENIMAR (Centro de Informações da Marinha).

<sup>11</sup> STEPAN, Alfred. *Os militares: da Abertura à Nova República*, Op. Cit, 44.

general Augusto Pinochet, às demandas contraditórias dos grupos de apoio ao Regime,<sup>12</sup> 2) respostas às sucessivas crises no Regime que atingiram o governo desde 1981 e solaparam a base do projeto histórico-social defendido desde o golpe de 11 de setembro de 1973.<sup>13</sup>

Em relação ao primeiro evento, a principal divergência no seio do bloco de sustentação da Ditadura chilena era entre os que desejavam a continuação indefinida do regime nos moldes 1973-78 e aqueles que mesmo aceitando a Ditadura “queriam uma definição constitucional a longo prazo que reintroduzisse elementos de democracia e resolvesse os problemas políticos e econômicos do isolamento internacional”.<sup>14</sup> As principais crises que atingiram o Regime pós-1981 foi a crise econômica, a explosão de protestos sociais contra a Ditadura, as “Protestas Nacionales”.

Augusto Varas, outro estudioso da transição chilena, considerou que as Transições foram iniciadas quando governo militar e oposições estabelecem um projeto nacional democratizante diante de uma crise nacional. Nesse raciocínio, o acordo gera uma nova “cultura política” que coloca os interesses democráticos acima dos interesses privados de cada ator político (militares, estudantes, políticos, sindicalistas).<sup>15</sup>

Analisando o caso argentino, Luis Romero concluiu que consciência de que o crescente isolamento nacional e internacional do regime, a crise econômica e o facciosismo militar eram uma ameaça a todos aqueles que sustentavam a Ditadura desde 1976 resultou na tentativa do general Roberto Viola de iniciar uma transição pactuada. Viola iniciou seu governo visando ganhar apoio político de dirigentes de partidos políticos e empresários. O general e seus aliados falharam em seu intento e abriram a possibilidade da Direita-militar ascender ao poder com o general Leopoldo Galtieri (1981). O novo ditador aproximou-se dos EUA e iniciou a Guerra das Malvinas contra a

---

<sup>12</sup>GARRETÓN, Manuel. “Evolução política do Regime Militar chileno e problemas da transição para a Democracia”. In: O’DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. (Org.) *Transições do Regime Autoritário. América Latina*. São Paulo, Vértice, 1988; pp. 169-174.

<sup>13</sup>GARRETÓN, Manuel. *Dictaduras y Democratización*. Santiago: FLASCO, 1984; p. 10.

<sup>14</sup>GARRETÓN, Manuel. “Evolução política do Regime Militar chileno e problemas da transição para a Democracia”. In: O’DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. (Org.) *Op. Cit*; p. 165.

<sup>15</sup>VARAS, Augusto. “Razón y Fuerza em la Transición del Autoritarismo a la Democracia”. In: VARAS, Augusto. *Transición a la Democracia. América Latina e Chile*. Santiago: Asociación Chilena de Investigaciones para la Paz, ACHIP, 1984; pp. 27-29.

Grã-Bretanha em 1982. A derrota militar na chamada “Guerra das Malvinas” foi a principal causa do colapso da Ditadura Argentina.<sup>16</sup>

*Projetos políticos de transição.*

Considero que os trabalhos e temáticas até então apresentados evidenciam uma carência nos estudos relativos às Transições Políticas: o conteúdo inicial dos projetos de transição é um elemento pouco explorado. Este será o objeto deste trabalho.

Estudar os projetos políticos de transição políticas é relevante para podermos conhecer as aspirações iniciais de mudanças dos líderes ditatoriais. Assim, existe a possibilidade de comparar os projetos de países diferentes e/ou de confrontar os anseios e com os resultados finais da transição, isto é, perceber quais reivindicações conseguiram ser impostas na futura democracia. Neste trabalho deter-me-ei apenas em apresentar as idéias iniciais de transição.

Em segundo lugar, o exame das propostas políticas de mudança de regime lança luz nas peculiaridades das visões de mundo no tipo de ditadura do Cone-sul: seu caráter perene. Em outros termos: a ideologia dominante e oficial das Ditaduras Empresarial-militar e de seus atores não propunha ditaduras perpétuas ou tampouco se apresentavam como uma alternativa à democracia liberal mas afirmava que sua missão histórica era defender o país e a democracia contra os comunistas. Essa é uma importante diferença entre as ditaduras Empresarial-militares do Cone-Sul e as ditaduras Nazi-fascistas da década de 1920-1940.

Por exemplo, todos os ditadores do Brasil afirmaram ter compromisso com a democracia em seus discursos de posse.

Por último, considero de valor salientar o papel que a Doutrina de Segurança nos projetos iniciais de Transição. A DSN norteou todos os regimes ditatoriais da América Latina e possuía uma doutrina de democracia baseada na crença que as democracias liberais eram frágeis porque permitiam intensas mobilizações populares, manipulação das massas por políticos corruptos ou politicamente irresponsáveis, os Populistas, e, o mais importante, deixava a população desarmada contra a infiltração comunista. Por estes motivos, era legítimo que os militares e as elites racionais, sobretudo empresários e tecnocratas, tomassem o poder, administrasse o país por um período de reformas e,

---

<sup>16</sup> ROMERO, Luís. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, pp. 212-223.

quando os erros da democracia anterior estiverem corrigidos, é o momento do estabelecimento de uma nova democracia.

A reorganização da sociedade em novas bases é que chamo de “missão histórica” dos Regimes Empresarial-militares do Cone-sul pois os grupos políticos responsáveis pela manutenção das ditaduras não buscavam apenas a deposição de um governo mas transformar a sociedade.

Esse tema não é novo nos estudos sobre as ditaduras no Cone-sul. Manuel Garretón salientou que esses regimes políticos possuíam uma “dimensão refundacional” ou reorganizadora da sociedade cuja meta era “a recomposição da ordem capitalista no país e sua reinserção no sistema internacional”<sup>17</sup> através de reformas no modelo econômico, político e cultural sociedade. Dentro desde mesmo raciocínio, os militares e os tecnocratas seriam os agentes principais das transformações. Carlos Huneeus e Jorge Olave usaram o termo “messiânico” para se referirem ao propósito dos militares de “eliminar pela raiz os vícios das democracias que tinham entrado em colapso ou sido derrubadas. [ao mesmo tempo em promoviam] uma política de transformação cultural, sócio-econômica e política”.<sup>18</sup>

A maioria dos pesquisadores do “Proceso de Reorganización Nacional” menciona o ideal de reorganizar totalmente a sociedade argentina.

Deste modo, trabalho com a seguinte hipótese tendo como base nestes três pontos que justificam o objetivo deste estudo: os projetos de Transição foram elaborados segundo a lógica da DSN, no momento em que algumas tarefas políticas anunciadas durante a imposição das ditaduras haviam sido cumpridas e, por conseguinte, no período em que os dirigentes ditatoriais consideravam mais seguros politicamente para o início das transformações. Esses dois elementos foram uma base comum para os três países aqui analisados.

No Brasil, os debates sobre a Transição datam dos primórdios da década de 1970 em uma conjuntura marcada pelo “Milagre Econômico”, pela vitória eleitoral da ARENA e pelo recrudescimento do conflito e vitória sobre os movimentos de Guerrilha Revolucionária.

---

<sup>17</sup> GARRETÓN, Manuel. “Evolução política do Regime Militar chileno e problemas da transição para a Democracia”. In: O’DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. (Org.) *Transições do Regime Autoritário. América Latina*. São Paulo, Vértice, 1988; p. 146.

<sup>18</sup> HUNEEUS, Carlos & OLAVE, Jorge. “A Participação dos Militares nos Novos Autoritarismos: O Chile em uma perspectiva comparada”. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, 1987; p. 276.

No Chile, o período de maior discussão foi entre os anos de 1977-1980 e o país passava pelo “Milagre Chileno”, as organizações de esquerda estavam desbaratada, as oposições partidárias silenciadas e Pinochet iniciava um novo confronto com o general do ar Gustavo Leigh, representante da Força Aérea Chilena, pela supremacia

Na Argentina, os membros do governo Videla tinham consciência da vitória militar sobre os guerrilheiros Montoneros , radicais de esquerda, e sobre o movimento operário, então marjoritariamente influenciado pelo Peronismo, e acreditavam que teriam vantagem em qualquer acordo com os partidos políticos.

Juntamente com os elementos fundamentais do início das discussões sobre as transições, citados na hipótese central deste trabalho, havia aspectos secundários mas fundamentais para os atores políticos. Em relação à ditadura brasileira, os teóricos da Ditadura acreditavam que a manutenção do autoritarismo poderia levar a uma crise grave no Regime. Por isso a defendiam a distensão como uma forma de se anteciparem ao perigo de levante contra o bloco ditatorial. Pinochet e os demais membros da Ditadura estavam sendo pressionados internacionalmente pelo governo dos EUA, administração do presidente Jimmy Carter, por organismos de defesa dos Direitos Humanos e por defensores de uma transição constitucional.

#### *Casos Nacionais: Brasil.*

O Golpe de Estado de 1º de abril de 1964 depôs o presidente João Goulart que governava o Brasil desde 1961 com o apoio de uma frente democrática e nacionalista a qual era composta pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do presidente Goulart, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), oficialmente ilegal mas com militantes e lideranças atuando em liberdade, pela central sindical Comanado Geral dos Trabalhadores (CGT), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), por associações de trabalhadores do campo e por outras entidades ligadas, em geral, as classes assalariadas.

O principal programa do governo Goulart foi a aplicação de uma série de reformas que visavam democratizar o capitalismo e a sociedade brasileira, as chamadas “Reformas de Base”: reforma agrária, controle das remessas de lucros das empresas multinacionais instaladas no Brasil, reforma bancária, tributária e urbana, reforma eleitoral para permitir direito ao voto para cabos, sargentos e analfabetos.

O anúncio dessas reformas assustou empresários, parte da classe média e a cúpula militar do Brasil pois levou a uma ativação popular até então nunca vista no Brasil. Os militares também temiam a partidarização dos quartéis e latifundiários a reforma agrária. Por último, alguns setores do empresariado nacional, internacional, funcionários de grandes empresas e professores de instituição de ensino universitários viam nas “Reformas de Base” um obstáculo para seus planos de integrar o capitalismo brasileiro de forma subordinada aos grandes centros do capitalismo mundial (EUA, Japão e Europa Ocidental) e de fortalecer a presença de tecnocratas no aparelho de Estado do Brasil.

Esses setores se organizaram para depor o governo Goulart e formaram o complexo IPES-ESG-UDN: IPES (Instituto de Pesquisas Estudos Sociais) foi uma associação empresarial que propunha um novo pacto social para o Brasil sob a hegemonia do empresariado ligado a grandes empresas; ESG (Escola Superior de Guerra), instituição de ensino para civis e militares organizada nos moldes da estadunidense National War College e que elaborou e divulgou a versão brasileira da DSN; UDN (União Democrática Nacional), partido político liberal conservador e que defendia, entre outras reivindicações, a redução da participação popular nas decisões governamentais, aliança incondicional com os EUA.

O bloco IPES-ESG-UDN foi o principal responsável pela conspiração anti-Goulart, pelo Golpe de 1964 e seus líderes mais proeminentes estiveram em cargos de destaca em todos os governos até 1989, data final da transição brasileira.

Um setor do Bloco IPES-ESG-UDN, então Bloco Ditatorial, considerava que algumas de suas metas políticas foram atingidas no início da década de 1970: (1) *saneamento político*, a maioria dos membros do governo Goulart além dos líderes do PTB, PCB, PSB, CGT, UNE estavam presos, no exílio ou foram mortos por agentes da Ditadura; (2) *sucesso econômico*, o Brasil passava pelo chamado “Milagre Econômico”, uma fase de grande crescimento econômico por meio do endividamento externo, integração de empresas nacionais com empresas multinacionais, significativo investimento estatal em infraestrutura, insumos básicos, petroquímica, arrocho salarial, consumo para as camadas privilegiadas da sociedade; (3) *legitimidade eleitoral*, devido ao sucesso eleitoral da ARENA nas eleições de 1970 e 1972; (4) *vitória militar*, sobre as organizações da guerrilha urbana de Esquerda que se propunham a depor militarmente a Ditadura e implantar um regime socialista no Brasil.

Com base neste diagnóstico comum da realidade brasileira, parte do Bloco ditatorial iniciou uma série de discussões futuro acerca do futuro do Regime Militar. O tema destes debates era a “institucionalização da Revolução”, sendo “Revolução” o termo dado ao golpe e ditadura militar, e a conclusão dessas discussões originou o que denomino de “Projeto de Transição brasileira”, ou seja, um plano político que transformaria a ditadura brasileira em uma “Democracia-forte”.

A “Democracia-forte” seria totalmente diferente das experiências democráticas anteriores porque representaria verdadeiramente a realidade do Brasil, país com problemas sociais mas em desenvolvimento econômico e que estava se tornando uma potência; e do seu povo, culturalmente atrasado mas com potencial.

O essencial do programa de Transição do Brasil foi elaborado com base nos seguintes princípios: a Revolução de 1964 tinha como um dos principais valores a democracia e após um período de depuração política, a “Revolução” presenteou o Brasil com a democrática Constituição de 1967. Contudo, os subversivos e os saudosistas do período 1961-1964 realizaram diversos atos para desestabilizar o Regime e forçaram seus líderes a ter de tomar decisões extremas para defender a “Revolução”: organizar os órgãos do aparelho repressivo, como o SNI, e decretar o Ato Institucional nº 5. Esses atos de força foram necessários mas transitórios e por isso era o momento de iniciar a “Institucionalizar a Revolução” e trazê-la às suas origens democráticas.

Por esses motivos, o AI-5 deveria ser substituído por instrumentos jurídicos de defesa do estado contra a subversão, como por exemplo, leis que não permitissem o Habeas Corpus para crimes contra a segurança nacional, decretação do Estado de Sítio sem a prévia autorização dos poderes Legislativo ou judiciário; possibilidade de violar a correspondência, grampear o telefone de suspeitos. Todas essas medidas eram condizentes com a Democracia pois eram medidas de defesa do Estado Moderno os quais são constantemente ameaçados por inimigos internos e externos.

Todavia o AI-5 não deveria ser abolido abruptamente porque esta medida levaria à ofensiva os inimigos da Revolução. Por isso, como definiu Roberto Campos:

A estratégia proposta é a do gradualismo no desenvolvimento político, ou seja, a teoria da descompressão controlada, a que se referiu Arpad Von Lazar. Baseia-se ela no conceito de que não há democracia sem correr riscos, cingindo-se o problema de restauração democrática sem aceitar riscos calculados sem incorrer em riscos apocalípticos. Procurar-se-á ajustar o ritmo

desejável de aumento de participação popular ao incremento possível do grau de institucionalização política<sup>19</sup>

Interpretando R. Campos, para “institucionalizar a Revolução” era necessário introduzir moderadas modificações no cenário político, avaliar o resultado do primeiro avanço para realizar um segundo movimento, ter em mente os riscos da democracia ao mesmo tempo em que determinadas instituições e funções do aparelho de Estado deveriam ter autonomia dos resultados eleitorais, o Banco Central por exemplo. Por último, Campos acreditava que a participação popular só deveria ser aumentada caso as instituições tivessem possibilidade de absorver suas demandas reivindicatórias.

O resultado da política de “descompressão controlada” seria uma “Democracia Forte” ou a “Revolução Institucionalizada”, ou seja, um regime político que manteria o modelo econômico ditatorial, os organismos de repressão política (SNI, CIEX) a forma de gestão pública ditatorial (hegemonia dos tecnocratas que eram relativamente autônomos em relação aos anseios populares), sindicatos dos trabalhadores voltados para tarefas assistencialistas e recreativas, permanência do bipartidarismo com hegemonia ARENA e tendo o MDB as funções de fiscalizar e apresentar propostas ao governo, redução da repressão policial contra os seus adversários paralelamente à criação de leis de “defesa do Estado”.

Os principais teóricos da “Teoria da Transição brasileira” foram ligados ao Bloco IPES-ESG-UDN e participaram de vários governos ditatoriais. Roberto Campos foi professor da ESG, conferencista do IPES, ligados a grandes empresas (como a Hanna Mining, Bond & Share), ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-67).<sup>20</sup> Entre 1970 e 1973 propôs a política do gradualismo para a criação de um modelo de democrático condizente com a realidade brasileira: moderado, disposto a aceitar as virtudes da racionalidade tecnocrática,<sup>21</sup> que respeite o “atraso cultural” [da maior parte da população], que seja capaz de criar uma ideologia nacional adequada e caracterizada por “mobilizar sem fanatizar, de domar sem dopar, de convencer sem intoxicar”.<sup>22</sup>

Em outra ocasião, Campos apresentou outros valores que ele considera como fundamental para a futura “Democracia Forte”: existência de um Poder Executivo forte, de um Legislativo com as funções de fiscalizar e moderar as ações do Executivo e com o

---

<sup>19</sup> CAMPOS, Roberto. *Conferencia realizada na Escola Superior de Guerra em 26 de agosto de 1971*. In: CARVALHO, Aloysio. *O Governo Médici e o projeto de Distensão Política (1969-1973)*. *Op Cit*, p. 1.

<sup>20</sup> DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. *Op. Cit*; p. 87 e p. 425-426.

<sup>21</sup> *Folha de São Paulo*, 13.05.1974, p. 13.

<sup>22</sup> *Folha de São Paulo*, 13.05.1970, p. 13.

Judiciário com o poder de rever as leis. Defendeu também a manutenção do Bipartidarismo e de mecanismos que permitam intervenções militares em caso de grave caos social.<sup>23</sup> A “Democracia Forte” também deverá ter a capacidade de compatibilizar a estabilidade, disciplina social e a Segurança alcançada pela “Revolução” com as liberdades individuais, participação global de uma democracia como a então existente nos EUA e Europa Ocidental. Segundo Campos, são regimes democráticos em países com grande desenvolvimento econômico, com “base cultural relativamente alta, cansados de perversões ideológicas”.<sup>24</sup> Por faltar essas características ao Brasil, a solução seria a “Democracia Forte”.

Na ESG, sugeriu que a instituição militar deixasse o governo direto do Brasil e voltasse a assumir sua função democrática de “moderar” o sistema político, isto é, caberia às FFAA do Brasil o papel de intervir na política em casos de crise para estabilizar o sistema.<sup>25</sup>

O general Rodrigo Otávio J. Ramos foi um dos principais teóricos do “projeto de Transição” dentro das FFAA e tradicional membro da chamada “Direita militar”: foi aluno da ESG em 1952, participou da elaboração da DSN, conspirou contra a posse de Juscelino Kubitschek em 1955 e participou da conspiração contra Goulart.<sup>26</sup> Em palestra no Departamento de Produção e Obras do Exército e diante do então ministro dessa arma, general Orlando Geisel, e outras autoridades militares, o general Rodrigo Ramos defendeu a normalização democrática do Brasil diante do quadro de desenvolvimento econômico, da paz social e do revigoramento ético e moral promovido pela Revolução. O novo regime seria uma “Democracia renovada” e deveria compatibilizar os valores “institucionais”, ou seja, instrumentos criados pelos atos institucionais, com o bipartidarismo imposto pelo Ato Institucional nº2, com os valores democráticos e nos direitos individuais.

O general Rodrigo Ramos afirmou que uma das tarefas do general Médici, então ditador, era “consolidar a obra revolucionária e consagrá-la definitivamente em um estado de direito renovado. [Assim] haveremos de conseguir, dentro da escalada fixada, um novo encontro, sincero, franco e duradouro entre as fontes reais e as fontes formais de

---

<sup>23</sup> *O Estado de São Paulo*, 27.07.1971; p. 5.

<sup>24</sup> *Folha de São Paulo*, 13.05.1974, p. 13.

<sup>25</sup> *Folha de São Paulo*, 25.08.1971, p. 4

<sup>26</sup> S/I. “Rodrigo O. Ramos”. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 2009. Versão On-line.

poder”.<sup>27</sup> O general salientou que o papel do Exército será o de trabalhar unido para a execução dos Objetivos Nacionais Permanentes, o qual a democracia é fundamental, ao mesmo tempo em que deverá combater os antagonismos interno e externos.<sup>28</sup>

Em 1971, o general Rodrigo Ramos assumiu o comando da ESG e promoveu o ciclo de palestras denominado “Institucionalização Política do Processo Revolucionário Brasileiro” que duraram cinco meses e reuniu vários ex-ministros de governos ditatoriais como Roberto Campos, Luís Vianna Filho, os generais Cordeiro de Farias e Golbery Silva; os antigos líderes da UDN e então políticos da ARENA como Milton Campos, Afonso Arinos Franco, Herbert Levy, juristas como Miguel Reale e Darcy Bessone de Andrade.

Em seu discurso de posse, afirmou que o Brasil estava amadurecendo em busca da sonhada democracia com desenvolvimento econômico.<sup>29</sup> Em uma dessas discussões, sugeriu que a “Revolução de 1964” era um ideário e não um processo e inspiraria a normalização democrática a não ser que seja impedido pelo antagonismo marxista.<sup>30</sup>

Em 1973, o Congresso Nacional promoveu vários encontros para discutir a futura democratização do Brasil. Roberto Campos foi um dos convidados e voltou a defender a “institucionalização democrática” para o Brasil através do Gradualismo, “para evitar a recorrência de fenômenos como aqueles que provocaram o AI-2 e AI-5, ou seja, a ressurreição do saudosismo e do revanchismo, que foram interpretados como desafios à ordem democrática”.<sup>31</sup> Defendeu um poder Executivo com mais poderes na futura democracia porque esta é uma influencia das sociedades modernas.

Políticos da ARENA apresentaram opiniões divergentes sobre o futuro do Brasil. Luís Vianna Filho (BA) e José Magalhães Pinto (MG) defenderam a revogação do AI-5 e o início imediato da Abertura Política. Por outro lado, os deputados Geraldo Freire (MG) e Ernesto Pereira Lopes (SP), que ocuparam o cargo de presidente da Câmara dos Deputados respectivamente entre 1970-1971 e 1971-73, defenderam a manutenção do AI-5 pois este artigo não atinge homens de bem mas os inimigos da “Revolução”. O deputado Etelvino Lins (PE) também declarou que o AI-5 é uma garantia contra os

---

<sup>27</sup> *Folha de São Paulo*, 17.04.1970; p. 4.

<sup>28</sup> *Folha de São Paulo*, 17.04.1970; p. 4.

<sup>29</sup> *Folha de São Paulo*, 29.05.1971; p. 4.

<sup>30</sup> *Folha de São Paulo*, 24.07.1971, p. 4

<sup>31</sup> *O Estado de São Paulo*, 20.09.1973, p. 8.

extremismos e, por isso, compatível com uma democracia.<sup>32</sup> Petrônio Portela (PI) então presidente da ARENA, afirmou que não é o papel do congresso cobrar “compromissos presidenciais de restauração do regime democrático na sua plenitude”.<sup>33</sup> O “ciclo revolucionário” não terminou e tampouco pode ser abreviado pois depende nas necessidades da Segurança Nacional, e que “a restauração democrática condiciona-se realmente a uma espécie de consenso de todo o esquema revolucionário”.<sup>34</sup>

O conjunto de ideias apresentadas anteriormente tornou-se a base da “Abertura Política” iniciada no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), perpetuada pelo general João Figueiredo (1979-1988) e concluída por José Sarney. Contudo, o “Projeto” torna-se “Processo” para uma estada na arena política e o último processo é muito mais dinâmico e mutável. O governo considerava fundamental uma vitória da ARENA nas eleições legislativas de 1974 para ter maioria absoluta no Congresso e aprovar suas medidas de “descompressão”. Contudo, a população votou em massa no MDB que conquistou 16 das 22 cadeiras disputadas para o Senado Federal e aumentou o número de deputados de 87 para 160.

A Oposição oficial não foi a única que se fortaleceu politicamente a partir de 1974. As classes trabalhadoras saíram do ostracismo político o qual foram impostas pelo Golpe e aproveitaram a Abertura para atuar politicamente. Surgiu o “Novo Sindicalismo”, as “Comunidades Eclesiais de Base”, os novos sindicatos rurais e essa atuação foi decisiva para modificar aspectos fundamentais do “Projeto de Transição”, democratizando a transição para a democracia no Brasil.

#### *Casos Nacionais: Chile.*

Salvador Allende foi eleito presidente do Chile nas eleições presidenciais de 1970 pelo Partido Socialista que liderou uma coalizão socialista-democrática denominada “Unidad Popular” (UP) que visava implantar o Socialismo no Chile através de reformas na constituição e na ampliação do poder político e econômico das classes trabalhadoras.

Em virtude desses objetivos políticos, as classes dominantes do Chile e dos EUA se propuseram a derrubar o governo Allende a todo custo. A Agencia Central de Inteligência dos EUA (sigla em *CIA*), órgão do aparelho de estado estadunidense responsável por espionagem, atos terroristas contra governos adversários dos interesses

---

<sup>32</sup> *Folha de São Paulo*, 12.03.1971, p. 3.

<sup>33</sup> *O Estado de São Paulo*, 29.01.1971; p. 3.

<sup>34</sup> *O Estado de São Paulo*, 29.01.1971; p. 3.

dos EUA, passou a treinar e patrocinar grupos paramilitares de extrema-direita como o “Pátria y Libertad” o qual realizou vários atentados terroristas contra alvos do governo.

Allende recebeu apoio dos trabalhadores da cidade e do campo para seguir com suas reformas e nacionalizou o sistema financeiro, refinarias, empresas responsáveis pelo refino e distribuição de petróleo e seus derivados, incentivou o controle social de algumas empresas e encampou indústrias mineradoras ligadas à extração do Cobre.<sup>35</sup>

A coalizão eleitoral dos empresários e partidos de Direita contrária a UP perdeu as eleições legislativas de 1973 e passou a articular um golpe militar contra a UP e seu projeto de “Via pacífica para o socialismo”. As FFAA chilenas estavam divididas diante do governo Allende. Um setor “Democrático-constitucionalista” liderado pelo general e comandante do Exército Carlos Prats apoiava o governo Allende pois este . Todavia, ascendia político e profissionalmente um setor militar que apoiava as articulações golpistas. Esse setor militar era formado por oficiais orientados pela versão chilena da Doutrina de Segurança Nacional em aliança com militares direitistas influenciados pelo catolicismo conservador.

Os líderes da facção militar orientada pela DSN eram: almirante José Toribio Merino, ex-diretor geral dos serviços da Marinha chilena, conspirador contrários à UP desde 1970, ex-aluno de escolas militares dos EUA. General da Força Aérea Gustavo Leigh, que estudou em cursos patrocinados pelos EUA entre 1952-53. General Arellano Stark estudou “Estado Maior na Escola de Comando e Estado Maior” em Fort Leavenworth (EUA); o coronel Manuel Contreras estudou “informação e contra-informações no Exército dos Estados Unidos, em Fort Belvoir, na Virgínia, e em Fort Benning, na Geórgia”<sup>36</sup> Augusto Lutz realizou o “Curso de Comando e Estado Maior” na Escola das Américas.<sup>37</sup>

O general dos “Carabineros” César Mendoza e o general Oscar Bonilla eram conservadores, adversários da “UP” mas não eram adeptos da DSN. Os “Carabineros” são a polícia nacional fardada do Chile. Destaco o general Augusto Pinochet entre a massa de oficiais que não tinham posição abertamente definida contra o governo Allende. Pinochet não participou inicialmente da conspiração anti-Allende, apareceu com uniforme militar para combater uma sublevação militar 29.06.1973, o *Tanquetazo*,

---

<sup>35</sup> SADER, Emir. *Democracia e Ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1984; pp. 50-51.

<sup>36</sup> MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do Ditador*. Op. Cit; p. 79.

<sup>37</sup> MONTEIRO, Tiago. “Os arquitetos do regime”. Op. Cit; pp. 239-241.

chegou ao cargo mais elevado do Exército por indicação do general Prats e de Allende e aderiu ao golpe apenas por pressão de Prats e Leigh no dia 9 de setembro.

As FFAA iniciaram a insurreição derradeira contra o governo Allende no dia 11 de setembro. Allende não aceitou a sugestão dos golpistas para renunciasse e pediu aos trabalhadores que não resistissem. Salvador Allende morreu no palácio presidencial de “La Moneda” em meio de um forte bombardeio da força aérea chilena.

Em um pronunciamento na noite do dia 11 de setembro, foi anunciada os membros da Junta Militar que governaria o país: general Augusto Pinochet, comandante do Exército e chefe da Junta Militar; almirante José Merino, comandante da Marinha; general Gustavo Leigh, comandante da Força Aérea e César Mendoza, comandante dos Carabineiros.

Os primeiros dias de governo da Junta Militar foram marcados pela violência: militares atacaram a resistência popular nas áreas industriais e no campo, várias execuções sumárias foram realizadas e foram construídos diversos campos de concentração para receber políticos de esquerda. O Estádio Nacional de Santiago tornou-se um gigantesco campo de prisioneiros e de tortura. “(...) calculava-se que o número de mortos era em torno de 1 500 a 3 000. Corpos jaziam nas ruas de Santiago (...) aviões da FACH [Força Aérea Chilena] metralhavam as *poblaciones*, vila de gente pobre”.<sup>38</sup>

O Congresso Nacional foi dissolvido, os partidos políticos colocados em recesso, foram realizados expurgos nas universidades e no funcionalismo público. Em novembro de 1973, a Junta anunciou “que sua finalidade é criar uma ordem social nova”<sup>39</sup> e chamou para o governo um grupo de economistas e empresários que em sua maioria, estudaram na Universidade do Chile, fizeram cursos na Universidade de Chicago e propunham a adoção do Neoliberalismo pelo governo Chile. Por terem estudado em Chicago passaram a ser conhecidos como “Chicago Boys”. Os “Chicago Boys” e a Junta privatizaram diversas empresas públicas, cancelaram as medidas nacionalistas de Allende, expropriaram os trabalhadores de diversos direitos trabalhistas e tomaram terras dos camponeses para sede-las aos latifundiários.

Os índices do Produto Interno Bruto do Chile começaram a crescer em 1977 em razão das medidas dos “Chicago Boys” e do incentivo financeiro dos EUA. As classes

---

<sup>38</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz. *Fórmula para o caos. Op. Cit*; p. 556.

<sup>39</sup> SADER, Eder. *Um rumor de botas: A militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Polis, 1982; p. 119.

médias e dominantes passaram a comprar mais “Bens de Consumo Não duráveis”. Por esses motivos, o período de 1977 a 1982 ficou conhecido como o “Milagre Chileno”.<sup>40</sup>

A Junta criou a Dirección de Inteligência Nacional (DINA) em 1974. A DINA foi a polícia política e secreta do regime e foi comandada pelo já citado coronel Manuel Contreras. A DINA auxiliou os militares na caçada e assassinato de vários líderes de Esquerda e essa corrente política foi desarticulada no Chile.

Paralelamente à repressão política e a imposição do Neoliberalismo, o general Pinochet enfrentava e vencía diversos militares que discordavam dos rumos do Governo pós-1973. O ministro do Interior, general Oscar Bonilla, passou a defender políticas de incentivo ao desenvolvimento industrial e juntamente com o general Sérgio Arellano e o representante da Força Aérea na Junta Militar, Gustavo Leigh, opuserem-se às privatizações e aos graves custos sociais das medidas.

Pinochet deslocou Bonilla e Arellano para cargos inexpressivos dentro do governo chileno e Bonilla morreu em circunstâncias discutíveis. Em 1977, a Organização das Nações Unidas condenou o regime chileno pelas violações dos direitos humanos. Em resposta, Pinochet decidiu convocar um plebiscito para demonstrar ao mundo que o povo chileno estava ao seu lado. Leigh opôs-se a esta medida e fez várias declarações defendendo a redemocratização do Chile. Pinochet reagiu expulsando Gustavo Leigh da Junta Militar em 24 de junho de 1978 e essa medida o consolidou como o líder máximo da Junta Militar e das FFAA sem qualquer concorrente.<sup>41</sup>

A vitória de Pinochet sobre Leigh e o “Milagre Chileno” criaram um clima propício para as discussões da “institucionalização” da ditadura militar chilena que estavam acontecendo desde 1974 quando Pinochet criou uma comissão de juristas, “Comisión de Estudios de la Nueva Constitución” para criar uma nova constituição. Essa comissão foi presidida por Enrique Ortúzar, ex-ministro da Justiça de Jorge Alessandri (1958-1964).

As primeiras resoluções da comissão foram apresentadas em 1975: todos os partidos marxistas seriam proibidos de se organizarem. Um dos membros da comissão de juristas, Jorge Ovalle, afirmou que a “experiência [de legalidade dos partidos marxistas] demonstrou que a tolerância traz implícito o perigo de que esses setores vençam,

---

<sup>40</sup> VYLER, Stepan. “Chile 1973-84. Auge, consolidación y crisis del modelo Neoliberal”. In: GARCIA, Rigoberto (Ed). *Chile 1973-1984*. Stockholm: Institute of Latin American Studies, 1985; pp. 17-24.

<sup>41</sup> Os últimos três parágrafos foram elaborados com base no livro MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador*. *Op. Cir*; pp. 79-96.

aproveitando os grandes recursos que as potencias estrangeiras colocam à sua disposição<sup>42</sup>”. No mesmo contexto, Ortuzar descartou uma imediata redemocratização do Chile porque essa medida poderia “provocar o colapso do país, pois voltaríamos a um regime de violência, de ódio e de terrorismo”.<sup>43</sup>

A discussão sobre a “institucionalização” foi acompanhada por outros setores das classes dominantes chilenas os quais ofereceram várias contribuições a partir de determinados consensos: (1) exclusão dos partidos comunistas e tutela sobre os sindicatos; (2) permanência dos militares em postos chaves do aparelho de Estado; (3) manutenção do apoio aos EUA na Guerra Fria.

Destaco o futuro do sistema partidário chileno sempre foi um dos temas mais controversos. Pinochet não considerava os partidos necessários como intermediários entre a população e o governo. O jurista Pablo Rodriguez, fundador da organização fascista “Patria y Libertad” também era contrário a institucionalização partidária mas favorável a existência das agremiações como “correntes de opinião” na futura “Democracia Forte”. Bispos católicos e membros dos partidos políticos de Direita, em recesso desde 1973, eram favoráveis ao retorno do sistema partidário nacional.<sup>44</sup>

Em 1977, Pinochet realizou um discurso na cidade de Chacarrillas em que acusou a “democracia liberal” ingênuo e inerte e apresentou seu projeto de democracia para o Chile: “autoritária, protegida, integradora, tecnificada y de auténtica participación social”<sup>45</sup>. “Autoritária” porque deveria dispor de instrumentos políticos para defender os direitos das pessoas daqueles que não os defendem e querem destruir a liberdade. “Protegida” pois incluiria a doutrina fundamental do estado chileno, a DSN, consideraria crime todos os atentados aos princípios dessa doutrina ao mesmo tempo em que valorizaria a liberdade, a dignidade do homem e os princípios nacionalistas. “Integradora” uma vez que respeitará os elementos que fazem parte dos interesses de todos os chilenos e fortalecerá a grande família chilena (exemplo que não existe lutas de classes no Chile). “Tecnificada” porque incluirá nas estruturas jurídicas os progressos

---

<sup>42</sup> *Folha de São Paulo*, 18.05.1975, p. 14.

<sup>43</sup> *Folha de São Paulo*, 18.01.1977, p. 14.

<sup>44</sup> *Folha de São Paulo*, 15.02.1977, p. 11. Desde o início do Regime, o almirante e membro da Junta Militar José Toribio Merino era defensor do retorno do sistema partidário ao mesmo tempo em que considerava fundamental a autonomia dos tecnocratas neoliberais na condução das políticas econômicas. Ver as declarações de Merino: *Folha de São Paulo*, 27.09.1973, p. 2.

<sup>45</sup> ARCHIVO CHILE, *Discurso Del general Augusto Pinochet em Cerro Chacarillas com ocasión Del dia de la juventud el 9 de Julio de 1977*; p. 3.

científicos e tecnológicos do mundo. Segundo Pinochet, agindo desse modo o governo reduzirá a margem dos debates ideológicos, aproveitará os aportes dos mais capazes e dará maior estabilidade à futura democracia. Por último, a chamada “auténtica participación social” diz respeito a ideia em que o homem e o Estado devem respeitar a autonomia de ambos do mesmo modo em que o homem deve aceitar a autoridade estatal e o Estado não pode confrontar as liberdades econômicas.

Pinochet também afirmou que essas mudanças seriam graduais para evitar, por um lado, que a demora nas mudanças possa conduzir a rupturas violentas, por outro, avanços rápidos poderá trazer novamente ao cenário chileno “el retorno del regimen anterior con sus mismo hombres y vicios”.<sup>46</sup> Segundo Pinochet, em 1980 seria promulgada uma constituição e esse fato daria início a uma etapa transição marcada pelo fortalecimento dos poderes Legislativo e Judiciário, eleições para preencher dois terços da Câmara legislativa ou de Representantes.<sup>47</sup>

Todavia, as funções do poder Legislativo seriam divididas entre os eleitos e pelo Presidente da República. Em segundo lugar, seria inaugurado o “quarto poder”, o “Constituyente” exercido pela Junta de Governo e que prevaleceria sobre os demais em casos de atentado contra a Segurança Nacional. O término da transição seria apenas na década de 1990 com as FFAA e forças de Ordem, os Carabineros, tendo a função de zelar pelas “bases esenciales de la institucionalidad, y la seguridad nacional”.<sup>48</sup>

Em 1978, foi apresentada uma minuta da futura constituição para o Conselho de Estado e para a Junta Militar. Erique Ortuzal comentou os pilares desse documento: democracia chilena deveria ser “Protegida e Autoritária”, existiria um “Quarto Poder” denominado por Ortuzal como o “Poder de Segurança”. Esse poder seria constituído pelas FFAA chilenas e teria como função “preservar a segurança nacional, a sobrevivência do Estado e as bases da nova ordem institucional”.<sup>49</sup>

Segundo Ortuzar, essa democracia “Protegida e Autoritária” “superará o sistema de partidos políticos como a única forma de assegurar essa participação<sup>50</sup>”. Assim, Ortuzal incluiu no texto a possibilidade de organização política com base dos “grêmios”, isto é, associações de trabalhadores não operários. As associações “gremialistas” mais

---

<sup>46</sup> ARCHIVO CHILE, *Discurso Del general Augusto Pinochet. Idem*; p. 3.

<sup>47</sup> Pinochet estava se referindo a possibilidade do conjunto dos membros da câmara ser eleito por base na “representação” classista como no corporativismo fascista.

<sup>48</sup> ARCHIVO CHILE, *Discurso Del general Augusto Pinochet. Op. Cit.*; p. 3.

<sup>49</sup> *Folha de São Paulo*, 04.03.1978, p. 8.

<sup>50</sup> *Folha de São Paulo*, 04.03.1978, p. 8.

atuantes neste período eram as de donos de caminhões, médicos, pequenos comerciantes e de profissionais liberais.

O projeto de constituição chileno foi apresentado em 19.10.1978 em meio de protestos devido ao assassinato de Orlando Letelier, ex-chanceler de Allende e morto pela DIN nos EUA. Incluiria os termos do discurso de Pinochet em 1977: um mandato de oito anos para Pinochet a partir de 1988 e nesse ano haveria um plebiscito para decidir se Pinochet seria o candidato único para um mandato de mais oito anos. Não haveria eleições no Chile antes de 1985 e um governo eleito por voto direto só tomaria posse em 1997.

O documento também determinou que seria criada um “tribunal de especialistas para julgar os conflitos trabalhistas, [e declarou que] os funcionários públicos e os das empresas dos serviços de urgência não poderão utilizar o recurso da greve<sup>51</sup>”. A política monetária seria determinada pelo Diretor do Banco do Chile o qual, por sua vez, seria nomeado pelo presidente. Desta forma, haveria total autonomia em relação ao Congresso chileno<sup>52</sup>. Não seria criado o “Poder de Segurança”, mas o “Conselho de Segurança Nacional” teria significativo poder. As FFAA e de Ordem manteriam sua autonomia organizacional e política.

O documento foi entregue ainda em 1978 para o “Conselho de Estado”, órgão consultivo presidido por Jorge Alessandri, cuja função nesse caso era examinar e avaliar o anteprojeto. Em seguida, este documento seria analisado pela Junta Militar.

Todavia, Alessandri modificou vários pontos do projeto inicial de Ortúzar e Pinochet: a Junta governaria até 1985 e neste espaço haveria a possibilidade de reorganização dos partidos políticos, com a exceção daqueles com orientação socialista e marxista. Permaneceriam a manutenção da política econômica ditatorial, o controle político sobre os sindicatos, a autonomia política e organizacional para os militares agirem na política e para vetarem resoluções do parlamento.

Pinochet discordou dos prazos do projeto e Alessandri demitiu-se. Foi substituído por Enrique Ortúzar que reintroduziu no projeto constitucional uma transição de 16 anos com um plebiscito em 1988. Do mesmo modo, definiu que o Senado seria em grande parte indicado pelo poder Executivo, criava-se um Conselho de Segurança Nacional e

---

<sup>51</sup>Folha de São Paulo, 20.10.1978, p. 11.

<sup>52</sup>Folha de São Paulo, 22.04.1979, p. 8.

vários mecanismos que na prática evitaria emendas constitucionais.<sup>53</sup> Esse projeto de constituição foi ratificado por um plebiscito em agosto de 1980.

O poder político da Junta não conseguiu conter a crescente insatisfação popular que estava acumulada desde o Golpe e aumentou com a crise do “Milagre Chileno” a partir de 1982. No ano seguinte, a oposição popular contra o regime de Pinochet explodiu em uma série de rebeliões conhecidas como “Protestas Populares” e Pinochet foi “colocado nas cordas”. Em 1988, a oposição venceria um Plebiscito e o opositorista Patricio Aylwin assumiu o país em 1990 pondo fim a sangrenta ditadura.

#### *Casos nacionais: Argentina.*

A Argentina acordou no dia 24 de março de 1976 com um novo governo e regime político: o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti, os comandantes das Três Armas argentinas, deferiram um Golpe de Estado contra Isabel Martínez Perón durante a madrugada. Através do “Comunicado N.1º”, anunciaram ao país que os destinos argentinos passariam a ser definidos por uma Junta Militar composta pelos comandantes em chefe de cada arma e exigia do povo o cumprimento de todas as armas. O Estado argentino passou por uma nova fase de militarização política: os poderes Legislativos e Judiciários nacionais e provinciais foram dissolvidos; sindicatos foram postos sob intervenção militar; foi estabelecida censura nos meios de comunicação e em todos os estabelecimentos educacionais.

Era fundado o “Processo de Reorganização Nacional” que visava fundar uma nova Argentina sob os valores da Ordem, da eficiência capitalista e da hierarquia social. As Forças Armadas passaram a administrar diversos órgãos do Estado Argentino. Paralelamente, o Regime iniciou a implantação do Neoliberalismo no país, sob a liderança do ministro Martínez de Hoz. Contudo, a principal característica deste período foi a chamada “Guerra Suja”, isto é, a política de execução de militantes comunistas, socialistas e parte da oposição liberal que se opunham ao Regime. Por volta de 30 mil argentinos desapareceram.

A iminência da sucessão do general Videla foi o momento escolhido pelos dirigentes ditatoriais para as discussões sobre o futuro do Regime. A situação econômica

---

<sup>53</sup> MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador. Op. Cit*; pp. 156-159.

era péssima, o país estava sofrendo pressões internacionais de entidades de defesa dos Direitos Humanos e o grupo de militares aliados de Videla buscou estabelecer um novo pacto social.

Em março de 1980, o general Jorge Videla iniciou o chamado “Diálogo” o qual consistia em convocar determinados políticos e intelectuais da sociedade argentina para a proposição de um pacto social e projeto político para a Argentina. Segundo Videla, “[essa proposta do governo] suscitará adesões, críticas e inclusive discrepâncias, [mas que] frente a elas, as Forças Armadas se mostrarão receptivas, na segurança de que as inquietações que sejam formuladas contribuirão para o seu enriquecimento”.<sup>54</sup> Afirmou também que o Governo “dialogará com todos os setores, menos com os subversivos, corruptos, (...) os automarginalizados, (...) assim como aqueles que sustentem idéias incompatíveis com nosso estilo de vida nacional”.<sup>55</sup>

O responsável governista pelo “Diálogo” foi o então ministro do Interior, general Albano Harguindeguy, então considerado um líderes mais intransigentes da Direita-militar. Harguindeguy era um aliado incondicional dos generais Videla, Viola e das políticas Neoliberais de Martínez de Hoz. A chamada “Missão Harguindeguy” começou suas atividades no dia 21 de março de 1980, quando Harguindeguy realizou uma entrevista coletiva em que garantiu que as pessoas então processadas não serão incluídas, como a ex-presidente Maria Estela Perón.

Outros membros do governo também estiveram presentes na palestra inaugural do “Diálogo”. O ministro do Trabalho, Liamil Reston, afirmou que os trabalhadores não serão excluídos do Diálogo, mas não sabia-se que iria representa-los pois a CGT estava sob intervenção e a CUTA (Condução Unida dos Trabalhadores Argentinos) era ilegal. Outro membro da Junta de Governo, almirante Armando Lambruschini, declarou que “não haverá portas abertas ao Populismo nem à esquerda dissolvente”.<sup>56</sup>

Alguns partidos convocadas para o “Diálogo” anunciaram suas presenças nos debates como foi o caso da União Cívica Radical (UCR), liderada por Ricardo Baldrin, e do Movimento de Integração e Desenvolvimento (MID).

Os primeiros contatos e notícias entre os militares e opositores fizeram transparecer determinados problemas que persistiriam durante toda a fase do “Diálogo”.

---

<sup>54</sup> *Folha de São Paulo*, 08.03.1980.

<sup>55</sup> As declarações de Videla foram consultadas em: *Folha de São Paulo*, 19.03.1980 e 24.03.1980.

<sup>56</sup> *Folha de São Paulo*, 24.03.1980.

Em primeiro lugar, havia uma desconfiança sobre as verdadeiras intenções dos militares argentino. O ex-senador Luis Leon, da UCR, afirmou que “não se pode continuar falando de democracia sem praticá-la”<sup>57</sup>. O vice-presidente do Partido Peronista, afirmou que entre os militares “persiste a idéia de dividir-nos entre réprobos e eleitos e esse não é o melhor caminho para lograr uma paz que mereça ver vivida”.<sup>58</sup>

O segundo ponto de divergência entre oposição moderada e o Governo Videla foi o pouca possibilidade de discutir a política econômica. A discordância em relação ao Neoliberalismo de Martinez de Hoz era compartilhada até mesmo pelos setores moderados da UCR e do MID. Em terceiro lugar, a resistência dos setores mais conservadores das FFAA. O almirante Lambruschini fez as seguintes declarações:

(...) o recente convite ao diálogo foi distorcido em seu exato sentido e significado por alguns setores. Vimos com espanto como o apelo a um sincero e fecundo intercambio de opiniões dentro de bases políticas fez com que alguns setores usassem expressões que pareceriam ignorar ou não lembrar que na Argentina aconteceram fatos muitos graves.<sup>59</sup>

O brigadeiro Omar Graffigna, membro da Junta Militar, apoiou estas posições pois também acreditava que o anúncio do “Diálogo” estava favorecendo a reorganização dos Peronistas.

Um quarto aspecto que gerou atritos entre os componentes do “Diálogo” e a Oposição foi o tema da repressão política. A não revisão dos atos da “Guerra Suja” era um item considerado fora de qualquer discussão. Todavia, ascendia dentro da UCR o advogado Raúl Ricardo Alfonsín que passou a liderar uma corrente que exigia a discussão dos atos contra os direitos humanos realizados pelos militares durante o “Proceso”.<sup>60</sup> Outros setores da sociedade civil argentina tinham a mesma opinião sobre esse assunto.

Em 26 de março de 1980, Harguindeguy iniciou o “Diálogo” com dirigentes do pequeno “Partido Democrata Progressista” diante dessas quatro questões. Meses depois, Harguindeguy encontrou-se com Ricardo Baldin, da UCR, cuja facção controlava a UCR desde 1957. Nessa ocasião, Baldin pouco falou sobre a questão dos desaparecidos políticos e afirmou que aceitaria a participação das FFAA argentinas na futura democracia por meio de um “Conselho de Segurança”:

---

<sup>57</sup> *Folha de São Paulo*, 24.03.1980.

<sup>58</sup> *Folha de São Paulo*, 24.03.1980.

<sup>59</sup> *Folha de São Paulo*, 27.03.1980, p. 8.

<sup>60</sup> RIUS, Andrés. “El fracaso de la Transición Pactada. Argentina, 1976-1983”. In: *Historia Actual Online*, n. 15, 2008; pp. 10-11.

(...) quando se fala desse tema, não tenho duvidas, nem temores, e já declarei anteriormente que a vida no mundo atual contém um ingrediente antes desconhecido, como é o terrorismo e a subversão, e, por isso, penso que países têm o legítimo direito de defender e assegurar sua estabilidade, razão pela qual não vejo que, sob a presidência do Chefe do Governo, não se possa constituir um conselho de segurança, com vistas à defesa e à segurança do país<sup>61</sup>

Balbín esperava fazer da UCR o ator político fundamental do processo de Abertura Política. Por isso, passou a adotar uma postura moderada em torno dos efeitos da guerra “anti-subversiva” e em relação à política neoliberal. Essa postura distanciava cada vez mais Balbín de Raúl Alfonsín.

Harguindeguy encontrou-se com Francisco Manrique, ex-militar da marinha e terceiro colocado nas eleições presidenciais de 1973 e Manrique colocou-se contra a política econômica: “a Argentina se parece muito a Las Vegas, pois se transformou numa lamentável roleta onde muitos jogam e apostam como financistas”.<sup>62</sup> Manrique também concordou com a criação de um Conselho de Segurança Nacional.

Os primeiros contatos de Harguindeguy não resolveram os pontos de discórdia entre os dirigentes do “Proceso” e os quadros civis conservadores mas acrescentaram outros. Outros líderes partidários acusaram o Governo de debater apenas em caráter pessoal pois os partidos estavam com suas atividades suspensas. Do mesmo modo, persistia o problema do Peronismo que era considerava a maior força política do país. A massa peronista era totalmente contrária ao “Proceso” e só aceitaria iniciar um diálogo com o governo caso o último libertasse Maria Estela Perón.

O general Roberto Viola assumiu a presidência em 29.03.1981 e manteve a política do “Diálogo”. Inaugurando essa nova fase política, Harguindeguy uniu-se aos militares que pediam os civis não peronistas que se organizassem para evitar um novo governo peronistas e possíveis golpes militares. Harguindeguy advertiu que “tal como se apresenta o panorama, se as forças majoritárias (peronismo e radicalismo) assumirem o Poder, voltará a repetir o que se iniciou em 1955, quando um governo constitucional foi derrubado por um governo militar”.<sup>63</sup> Como solução, sugeriu que “as forças moderadas de centro-direita deixem de lado suas diferenças e se agrupem em uma grande frente democrática”.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> *Folha de São Paulo*, 08.05.1980, p. 8.

<sup>62</sup> *Folha de São Paulo*, 11.05.1980, p. 10.

<sup>63</sup> *Folha de São Paulo*, 11.08.1981, p. 6

<sup>64</sup> *Folha de São Paulo*, 11.08.1981, p. 6

O Omar Graffigna, comandante da Força Aérea Argentina, afirmou que o modelo democrático desejado pelos militares “não tem nada a ver com as experiências frustrantes que já viveu e pagou a sociedade argentina [...] as Forças Armadas não temos necessidades de fazer nenhum esforço doutrinário nem fazer nenhum esforço doutrinário nem de elaborar complicadas argumentações dialéticas que são estranhas a nosso modo de ser e de pensar. [Quem deve fazer isso são] as inteligências mais esclarecidas e os espíritos mais fortes [com o objetivo de] sair definitivamente da inércia que ainda nos ata, quando devemos avançar resolutamente na institucionalização da República”.<sup>65</sup>

O governo Viola durou seis meses porque não conseguiu criar uma base política sólida que aglutinasse empresários, partidos políticos não peronistas e militares. Todavia, não atenuou a crise econômica desencadeada pela forte desvalorização do Peso e pela inflação mesmo fazendo o Estado assumir parte das dívidas dos empresários atingidos pela crise financeira e pela desvalorização da moeda.

A extrema-direita militar aglutinou-se politicamente depôs Viola juntamente com o general Leopoldo Galtieri o qual assumiu o comando da Argentina. O governo Galtieri tentou obter o apoio político dos argentinos através do apelo nacionalista em relação as Ilhas Malvinas que foram ocupadas pelos britânicos desde 1883. Galtieri levou a Argentina a invadir as Ilhas Malvinas e declarar guerra à Grã-Bretanha em abril de 1982. A “Guerra das Malvinas” durou até 14 de julho de 1982 e este fato levou a um rápido desmoronamento da ditadura argentina.

Uma nova Junta Militar substituiu Galtieri mas as mobilizações políticas forçaram o fim do “Proceso”. Nessa conjuntura, Raúl Alfonsín voltou a se destacar porque deslocou a liderança de Ricardo Balduino dentro da UCR, “tomou a iniciativa política diante do governo militar e do peronismo e, por fim, derrotou o candidato peronista, Luder, nas eleições presidenciais de 1983”.<sup>66</sup> Foi o primeiro presidente da nova democracia argentina.

### *Conclusões.*

A elaboração de sofisticados projetos políticos para modificar as ditaduras Empresarial-militares trouxe sérias implicações para as democracias nos países

---

<sup>65</sup> *Folha de São Paulo*, 11.08.1981, p. 6

<sup>66</sup> CAVAROZZI, Marcelo. “Ciclos políticos na Argentina a partir de 1955”. In: O’DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. (Org.) *Transições do Regime Autoritário. América Latina*. São Paulo, Vértice, 1988; p. 72.

analisados, sobretudo, para o Brasil e Chile pois os dirigentes ditatoriais conseguiram controlar as respectivas Transições e mantiveram consideráveis vantagens políticas para o período pós-Ditadura.

Por exemplo, o artigo 142 da constituição brasileira de 1988 define que uma das funções dos militares é intervir na política para proteger a “Lei e a Ordem”. No Chile, Pinochet manteve-se como comandante do Exército até o ano de 1998 (oito anos após ter deixado o exercito de ditador do Chile).

Em segundo lugar, o estudo das ideias dos líderes ditatoriais abre a oportunidade para o estudo das características e contradições do regime político democrático. Distante de ser um “valor universal”, a democracia pode passar a ser entendida como uma forma de dominação em que há um menor custo político para aqueles que detêm o Poder. Foi também por esses motivos que todos os dirigentes ditatoriais preferiam democracia a ditaduras: o excesso de Ditadura poderia levar à revolução social ou ao retorno dos grupos políticos ligados à democracia anteriormente deposta.

Todavia, passados mais de vinte anos as populações do Cone-sul ainda buscam acabar com os últimos resquícios de Ditadura em seus países. O General Videla está preso pelas atrocidades que foram cometidas pelos seus comandados. No Brasil, o coronel Brilhante Ustra está sendo processado pelos mesmos motivos e a juventude chilena tendo estado nas ruas para acabar com a herança de Pinochet na educação.

### **Bibliografia.**

#### *Fontes.*

ARCHIVO CHILE, *Discurso Del general Augusto Pinochet em Cerro Chacarillas com ocasión Del dia de la juventud el 9 de Julio de 1977.*

Folha de São Paulo.

O Estado de São Paulo.

Revista Veja

#### *Obras.*

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico do Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 2009. Versão On-line.

CARVALHO, Aloysio H.C. *O governo médicos e o projeto de distensão política (1969-1973)*. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

CAVAROZZI, Marcelo. “Ciclos políticos na Argentina a partir de 1955”. In: O’DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. (Org.) *Transições do Regime Autoritário. América Latina*. São Paulo, Vértice, 1988.

COLLIER, David (org.). *O Novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GARRETÓN, Manuel. *Dictaduras y Democratización*. Santiago: FLASCO, 1984  
\_\_\_\_\_. “Evolução política do Regime Militar chileno e problemas da transição para a Democracia”. In: O’DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. (Org.) *Transições do Regime Autoritário. América Latina*. São Paulo, Vértice, 1988.

HUNEEUS, Carlos & OLAVE, Jorge. “A Participação dos Militares nos Novos Autoritarismos: O Chile em uma perspectiva comparada”. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, 1987.

LINZ, Juan J e STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia- a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MONIZ BANDEIRA, Luiz. *Fórmula para o caos: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOISES, José Álvaro. “Entre a Incerteza e a Tradição Política – uma crítica da primeira geração de estudos da Transição”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 40, Novembro de 1994.

MONTEIRO, Tiago. “Os arquitetos do regime: a trajetória dos governantes das ditaduras empresarial-militares do cone-sul na fase de consolidação do Regime (1964-1976)”. *Revista Latinidade. Revista do núcleo de estudos das Américas*, v.3, n. 1, 2011.

MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

O’DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo, Vértice, 1987.

O'DONNELL, Guillermo e SCHIMITTER, Philippe. *Transições do Regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Eliezer. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. São Paulo: Papirus, 1999.

PADRÓS, Enriue. *Como Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985) do Pachenato à Ditadura Civil-militar*. Tese de Doutorado, UFRGS, 2005.

RAMIREZ, Hermán, “Empresários e política no brasil: o instituto de pesquisas econômicas e sociais (IPES), 1961-1971”. *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 13, n. 1 p. 209-240, 2009.

\_\_\_\_\_ “A configuração das alianças golpistas nas ditaduras de Brasil e Argentina: uma perspectiva a partir da imbricação cívico-militar”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 62-80, jan./jun. 2012.

ROMERO, Luís. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SADER, Eder. *Um rumor de botas: A militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Polis, 1982.

SADER, Emir. *Democracia e Ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SHARE, Donald. & MAINWARING, Scott. 1986. “Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VARAS, Augusto. *Transición a la Democracia. América Latina y Chile*. Santiago: ACHIP, 1984.

\_\_\_\_\_. “Razón y Fuerza em la Transición del Autoritarismo a la Democracia”. In: VARAS, Augusto. *Transición a la Democracia. América Latina e Chile*. Santiago: Asociación Chilena de Investigaciones para la Paz, ACHIP, 1984.

VYLER, Stepan. “Chile 1973-84. Auge, consolidación y crisis del modelo Neoliberal”. In: GARCIA, Rigoberto (Ed). *Chile 1973-1984*. Stockholm: Institute of Latin American Studies, 1985.